



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Processo nº 0600341-39.2024.6.21.0164 - RECURSO ELEITORAL (11548)
Procedência: 164ª ZONA ELEITORAL DE PELOTAS/RS
Recorrente: RAFAEL GODOY PORTO MARTINELLI - VEREADOR
Relator: DES. ELEITORAL FRANCISCO THOMAZ TELLES

P A R E C E R

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS JULGADA APROVADA COM RESSALVAS. VEREADOR. ELEIÇÕES 2024. SOBRAS DE CAMPANHA. RECOLHIMENTO AO TESOIRO NACIONAL. DESTINAÇÃO INCORRETA. FALHA DIMINUTA. DESNECESSIDADE DE NOVO RECOLHIMENTO. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO.

Trata-se de recurso interposto por RAFAEL GODOY PORTO MARTINELLI em face de sentença prolatada pelo Juízo da 164ª Zona Eleitoral de Pelotas/RS, a qual julgou **aprovada com ressalvas** sua prestação de contas referente às eleições de 2024, em que concorreu ao cargo de vereador naquele Município, com base no art. 74, II, da Resolução TSE 23.607/19.

A sentença consignou que “Conforme a petição ID 12693808, o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

candidato recolheu as sobras de campanha no valor de R\$ 326,72 (trezentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos) à União, em vez de repassá-las ao órgão partidário municipal. Não foram verificadas outras irregularidades na prestação de contas do candidato. (...) No caso dos presentes autos, a irregularidade totaliza R\$ 326,72 (trezentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos), o que corresponde a 1,98% do total de recursos arrecadados na campanha, que foi de R\$ 16.441,15 (dezesesseis mil quatrocentos e quarenta e um reais e quinze centavos). Portanto, o valor das irregularidades encontra-se dentro do percentual de 10% e inferior ao valor de R\$ 1.064,10 parâmetros adotados jurisprudencialmente para aprovação das contas com ressalvas”. (ID 45958113)

O recorrente sustenta que “o recolhimento de um valor que deveria ser destinado a uma agremiação partidária, entidade associativa de caráter privado, ao Tesouro Nacional não configura qualquer prejuízo à coletividade, tampouco implica em ilícita apropriação por parte do candidato postulante ao pleito. Tanto é assim que os chamados Recursos de Origem Não identificada - RONI, por expressa disposição de Lei, são recolhidos ao Tesouro, ainda que recebidos nas contas do Fundo Partidário ou dos Recursos Livres oriundos de doações e autofinanciamento. E o bem jurídico que a disposição protege é a vedação ao enriquecimento ilícito e à lavagem de dinheiro. (...) No caso concreto, o Recorrente reconheceu a existência de sobras de saldo junto ao Facebook do Brasil (META) e procedeu o recolhimento, só que deixou de observar a natureza do recurso,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

privado, e recolheu ao Tesouro, que é público. Não houve quebra da higidez nas contas, não houve apropriação de recurso público pelo privado, mas sim o recolhimento de um recurso privado em favor do público. Ainda que persista a fala, não se trata de situação que impõe um novo recolhimento, dessa vez em favor do Partido Político que abriga o candidato”. Com isso requer a reforma do julgado “para levantar a imposição de um novo recolhimento, com a consequente aprovação das contas, mantendo ou não a ressalva”. (ID 45958119)

Após, foram os autos remetidos a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

Assiste razão ao recorrente. Vejamos.

Cinge-se a controvérsia acerca des(necessidade) de **novo recolhimento** da sobra de campanha no valor de R\$ 326,72, oriunda de "Outros Recursos".

É cediço que a Resolução TSE nº 23.607/2019, em seu Art. 35, § 2º, inciso II, estabelece que eventuais créditos contratados e não utilizados para impulsionamento, quando provenientes de Fundo Partidário ou Outros Recursos, devem ser transferidos como sobras de campanha ao partido político.

No entanto, a peculiaridade do caso reside no fato de que o candidato,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

embora tenha incorrido em erro quanto ao destinatário, já procedeu ao recolhimento do valor à União (Tesouro Nacional).

Com efeito, a “falha” não foi a omissão no recolhimento ou a apropriação indevida dos recursos, mas sim a sua destinação incorreta.

O argumento do recorrente de que não houve prejuízo ao interesse público e que a exigência de um novo recolhimento configura *bis in idem* merece prosperar. Os recursos em questão são de origem privada ("Outros Recursos" / "recursos livres"), não se tratando de verbas públicas (FEFC).

Ora, o principal objetivo das normas de prestação de contas é garantir a transparência, a lisura e a legitimidade da movimentação financeira eleitoral, bem como evitar o enriquecimento ilícito.

No caso, **o valor não foi retido pelo candidato nem utilizado para fins alheios à campanha, mas sim transferido para uma entidade pública.**

Embora a destinação legalmente prevista para as sobras de "Outros Recursos" seja o partido político, o fato de os fundos, de origem privada, terem sido recolhidos ao Tesouro Nacional não gera um dano inverso ao erário público, nem configura má-fé ou tentativa de ocultação por parte do candidato. O erro foi de alocação, não de apropriação.

Ademais, a própria sentença já demonstrou um juízo de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

proporcionalidade e razoabilidade ao aprovar as contas com ressalvas, dada a dimensão diminuta da irregularidade (1,98% do total arrecadado e valor nominal abaixo dos parâmetros jurisprudenciais).

Portanto, forçar um novo recolhimento, desta vez para o partido, sobre um valor que já foi devidamente recolhido (ainda que para o destinatário "errado" do ponto de vista normativo específico para sobras partidárias), afigura-se uma medida excessiva, configurando alegado o *bis in idem*. A finalidade de controle e transparência já foi substancialmente atingida com o recolhimento original ao Tesouro Nacional.

Dessa forma, deve prosperar a irresignação.

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por sua agente signatária, manifesta-se pelo **provimento** do recurso.

Porto Alegre, 15 de julho de 2025.

MARIA EMÍLIA CORRÊA DA COSTA
Procuradora Regional Eleitoral Auxiliar